



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

DOCENTE RESPONSÁVEL: PROFESSOR TITULAR HELENO TAVEIRA TORRES

ANO: 2023/2º SEMESTRE - DIURNO

Objetivos:

1. Apresentar o regime jurídico do desporto e seus mecanismos institucionais;
2. Compreender o caráter interdisciplinar decorrente dos vínculos e liames do Direito Desportivo com os diferentes ramos jurídicos, para permitir solução prática dos problemas jurídico-desportivos;
3. Examinar as normas jurídicas do desporto a partir de suas dimensões constitucionais, legais, doutrinárias e jurisprudenciais;
4. Incentivar a criatividade dos futuros profissionais em face das novas demandas sócio-desportivas, do perfil dos novos conflitos desportivos, dos novos modelos dos entes desportivos, das peculiaridades dos contratos de trabalho desportivo e outros;
5. Fornecer informações e métodos jurídicos para habilitar o profissional do Direito no segmento jurídico-desportivo, junto a atletas, árbitros, clubes, federações, confederações, empresários, técnicos, preparadores físicos, médicos, gestores, instituições e empresas ligadas ao desporto, além do âmbito especializado da Justiça Desportiva.

M E T O D O L O G I A

A pedagogia adotada terá como fundamento a aplicação da dogmática jurídica segundo uma postura construtivista, tomando a norma jurídica não como algo dado, mas a ser construído, como produto do labor do processo hermenêutico, a partir de formulações pautadas em sólido rigor técnico e decorrentes de processo criativo.

A disciplina desenvolver-se-á com aulas expositivas e atividades complementares.

As **atividades complementares** correspondem às leituras de textos, que serão apresentados oportunamente, e ao prévio enfrentamento de questões pontuais ou casos práticos, os quais serão objeto de discussão em aula.

Métodos utilizados:

A disciplina não ficará restrita ao método tradicional de aulas expositivas cujo objetivo maior é proporcionar aos alunos uma visão de conjunto da legislação desportiva básica, das ideias doutrinárias principais e das posições jurisprudenciais mais recentes envolvendo relevantes temáticas do Direito Desportivo. Abrir-se-á, igualmente, significativo espaço para trabalhos práticos, estudo de casos e relatórios com obrigatórios debates e participação efetiva dos alunos, exigindo-se, sempre, a postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade tanto para conciliar teoria e prática, quanto para desenvolver a aprendizagem autônoma, dinâmica e continuada da sempre provisória e mutante ordem jurídico-desportiva.

As **atividades complementares** servirão para aprofundar a compreensão do tema da aula expositiva, com a participação conjunta dos alunos, mediante leitura de textos e discussão sobre a resolução de casos práticos ou questões relacionadas com as aulas.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

As atividades complementares colaboram com a nota de cada uma das provas, observando a seguinte dinâmica:

- I. Antes de cada aula expositiva, será disponibilizado aos alunos, por meio do moodle, textos de doutrina e/ou jurisprudência, bem como resumos ou slides das aulas (quando apresentados pelos professores convidados), sempre sobre parte ou totalidade da matéria da aula.
- II. Junto com o material de estudo, será apresentada aos alunos a descrição de algum caso prático ou questões pontuais sobre a matéria prevista para a aula, que deverão ser respondidas individualmente e por escrito – em texto de 10 a 20 linhas. As respostas dos alunos deverão ser entregues aos monitores via e-mail, com nome e número USP do aluno. Eventuais dúvidas sobre a leitura ou as questões apresentadas deverão ser anotadas e levadas a discussão durante a aula.
- III. O propósito da atividade é estimular a leitura prévia de material doutrinário e jurisprudencial sobre a matéria da aula expositiva, o que aumenta a compreensão e o debate, além de despertar a curiosidade pelo conhecimento.
- IV. Os alunos poderão ampliar os estudos por meio da bibliografia de referência e pesquisas livres, individuais ou coletivas, em biblioteca ou com uso da internet, da forma mais ampla e abrangente possível.
- V. O importante não é o “acerto”, mas a busca do conhecimento na formulação das respostas ou dos problemas a serem apresentados.
- VI. O uso dos métodos de interpretação, argumentação e lógica jurídica na resolução dos casos específicos ou questionários devem ser justificados.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

PROGRAMA

AULA 01 | 09/08 – Apresentação da Disciplina (PROF. TITULAR HELENO TORRES)

AULA 02 | 16/08 (confirmado)

O Direito Desportivo: Conceito e raízes históricas. Histórico da legislação desportiva brasileira: normas privadas e intervenção do Poder Público. Principais Leis Promulgadas. O direito desportivo e seus aspectos interdisciplinares. Ordenamento desportivo nacional vigente e regras de aplicação transnacional. Aplicação das Regras Desportivas (lex desportiva): origem, natureza e forma de aplicação ao direito nacional. Controle de Legalidade e Constitucionabilidade sobre normas desportivas transnacionais. Os efeitos dos novos dispositivos da Lei Geral do Esporte (Lei 14.597/2023) frente à Lei Pelé (Lei 9615/98), não revogada.

Docente convidado – Dr. CARLOS EDUARDO AMBIEL (Advogado. Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FADUSP. Professor de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Desportivo na Faculdade de Direito da FAAP). Professor dos Curso de Especialização em Direito Desportivo da OAB/SP.

AULA 03 | 23/08 (confirmado)

Direito Internacional Privado do Esporte: Ramificação do Direito Internacional Privado. Objetivos de estudo da disciplina. Conflitos de normas desportivas nacionais e transnacionais. Estrutura de solução de conflitos desportivos no âmbito das entidades privadas transnacionais de administração do desporto. O problema da nacionalidade desportiva e seus efeitos práticos.

Docente convidado – JEAN NICOLAU (Bacharel e Doutor pela Universidade de São Paulo – FADUSP; Doutor em Direito pela Universidade Jean Moulin Lyon 3; Master em Direito do Comércio Internacional pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne; Especialista em Direito Desportivo pela Escola Superior de Advocacia da OAB/SP; Bacharel em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero; Advogado; Diretor da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo)

AULA 04 | 30/08 (confirmado)

Constitucionalização do Desporto. Competência normativa da União em matéria de desporto. Autonomia desportiva: sentido e alcance do art. 217, I da CF. Princípios constitucionais aplicáveis ao desporto. O direito de livre associação e o desporto. Recursos públicos para o



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

desporto. Limites constitucionais à interferência do Poder Judiciário no Desporto. Modelo de financiamento publico: vantagens e desvantagens. Regulamentação das apostas desportivas no Brasil.

Docente convidado – JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR (Assessor Especial do Ministério da Fazenda, responsável pel regulamentação das apostas desportivas no Brasil. Advogado. Especialista em Gestão Esportiva pela FGV/São Paulo. Foi professor do curso Marketing Champion da ESPM/SP de Legislação Esportiva na Universidade São Marcos/SP. Vice-Presidente de Comunicação e Marketing do São Paulo Futebol Clube. É Auditor Vice-Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Justiça Desportiva do basquetebol – LNB. Co-autor dos livros, Futebol, Mercado e Estado de 2016 e Sociedade Anônima do Futebol de 2017.

AULA 05 | 13/09 (confirmado)

Sistema Desportivo Nacional. Regime Jurídico de organização das entidades de administração do desporto (Federações, Confederações e Ligas). Evolução histórica e característics do modelo brasileiro. Regime Juridico das entidades de prática desportiva (Associações, Fundações e Sociedades Empresárias). Tipos societários para os desportes (Sociedade Limitada e Sociedade Anônima). Experiências do direito comparado. A Sociedade Anônima do Futebol (SAF); formas de constituição; mecanimos de equalização de dívidas; RCE e recuperação judicial e extrajudicial; regime especial de tributação e contrapartidas.

Docente convidado - RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO (Advogado. Possui especialização, mestrado e doutorado em Direito Comercial pela PUC-SP. MBA pelo INSPER. Fundador e Presidente, de 2004 a 2010, do IDSA - Instituto de Direito Societário Aplicado. Fundador e Atual Presidente do MDA - Movimento de Defesa da Advocacia. Fundador e atual diretor da ABJ - Associação Brasileira de Jurimetria. Coautor do livro "Regime Especial da Sociedade Anônima Simplificada" (Saraiva/2013). Coautor do livro "Futebol, Mercado e Estado" (Quartie Latin, 2016). Autor do Livro "Regime Juridico das Reorganizações: Reorganização societária, Empresarial e Associativa (Saraiva, 2016). Coautor do Projeto de Lei 5.082/2016 que institui a Sociedade Anônima do Futebol.)



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

AULA 06 | 20/09 (confirmado)

Relações de Trabalho dos atletas profissionais, treinadores e árbitros. Contrato de trabalho desportivo: forma, prazo e capacidade. Direitos e obrigações próprios e típicos dos desportistas profissionais. Remuneração. Premiação e luvas. Jornada de Trabalho. Descanso Semanal. Férias. Suspensão do Contrato. Poder diretivo do empregador desportivo. Transferência Definitivas e Empréstimo de Atletas. Formas de rescisão do contrato do atleta. Cláusula indenizatória e multa rescisória nos contratos de trabalho. Contrato de Aprendizagem desportiva. Direito à assinatura e preferência na renovação dos contratos dos atletas formados. Direito Coletivo do trabalho desportivo.

Docente convidado – DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI (Doutor e Mestre em Direito do Trabalho pela PUC de São Paulo. Professor do UNIFIEO. Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Associação Paulista de Futebol – APF).

AULA 07 | 27/09 (confirmado)

Direitos de personalidade e propriedade intelectual em matéria esportiva. Direito desportivo: aspectos civis dos direitos de personalidade e do direito à imagem dos atletas. Direito de arena de entidades desportivas e obrigação de repasse aos atletas. Hipóteses autorizadas de utilização de imagens dos eventos desportivos. Mecanismo de proteção das marcas, nomes, hinos e símbolos dos clubes. Sistema de licenciamento de produtos e regime de proteção aos direitos autorais e intelectuais relacionados com as atividades desportivas. Aplicação do direito autoral, direito de imagem e direito de arena ao e-sports (esportes eletrônicos).

Docente convidado – ANTONIO CARLOS MORATO (Professor Doutor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP)

AULA 08 | 04/10 (confirmado)

Regime tributário das atividades desportivas. Regime Fiscal dos Clubes Empresas e Associações. Regime Especial de Tributação da SAF. Contribuição previdenciária em contratos desportivos. Benefícios fiscais para o desporto. Responsabilidade tributária, previdenciária e cambial de dirigentes desportivos. Regime tributário dos atletas. Convenções para evitar a dupla tributação e regime de atletas e desportistas. Procedimentos de contabilidade dos entes desportivos. Publicação obrigatória de balanços de entidades envolvidas com competições profissionais. Fraudes fiscais e o dever do Estado de combater a sonegação fiscal no esporte.

Docente convidado – JULIANO DI PIETRO (Bacharel, Mestre e Doutor pela Universidade de São Paulo – FADUSP. Advogado. Juiz Presidente da 6ª Câmara do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo – TIT/SP)



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

AULA 09 | 11/10 (confirmado)

Proteção previdenciária, seguridade social e o seguro de acidente e morte do atleta. A atleta como segurado do INSS. Regras especiais de contribuição do INSS para clubes associativos e SAF. Benefícios pagos aos atletas: aposentadoria por invalidez. Projetos para aposentadoria especial a atletas. Bolsa-atleta. Efeitos previdenciários da Aprendizagem desportiva. Da proteção contra acidentes de trabalho. Regra Geral do INSS. Regime Especial para Clubes que propiciarem tratamento médico e fisioterápico aos atletas. Garantia de emprego ao atleta acidentado. Seguro obrigatório contra acidentes. Risco da atividade desportiva e responsabilidade por danos.

Docentes convidados – ANDRE LOMBARDI (Mestre e Doutor em Seguridade Social pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP. Professor de Seguridade Social na Faculdade de Direito da FAAP. Auditor Fiscal. Conselheiro do CARF).

AULA 10 | Data: 18/10 (confirmado)

Contratos Desportivos e Proteção ao Torcedor. Características dos Principais Contratos em Matéria Desportiva: Contratos de Patrocínio de Clubes, Atletas e Campeonatos. Contratos de Naming Rights. Contratos de Transmissão de Imagem de Eventos Desportivos. Recentes alterações no Direito de Arena. Contratos de Fornecimento de Material Desportivo; Contratos de Cessão de Espaço, Locação de Camarotes ou exploração de arenas. Contrato de Agenciamento e Regras para intermediação de negócios nos regulamentos transnacionais (FIFA e CBF). Direito de Livre Concorrência nas atividades desportivas. A discussão legislativa e jurisprudencial sobre a cobrança de direito de transmissão das empresas de radiodifusão.

Docente convidado - FELIPE LEGRAZIE EZABELLA (Advogado; Bacharel, Mestre e Doutor pela Universidade de São Paulo - FADUSP; cursos de Especialista em Administração Esportiva pela FGV/SP e em Arbitragem pela FGV/EDESP; sócio fundador do IBDD - Instituto Brasileiro de Direito Desportivo).

AULA 11 | 25/10 (confirmado)

O Delito Desportivo e as Penalidades ao Torcedores por crimes relacionados com o desporto. Responsabilidade penal dos dirigentes desportivos e dos praticantes desportivos. Tipificações criminais no âmbito do desporto. Implicações penais decorrentes da violência desportiva intra e extra-campo. Controle da corrupção no âmbito das entidades desportivas. Aspectos jurídicos do *dopping* no desporto nas esferas nacional e internacional. As infrações e sanções disciplinares, administrativas e penais resultantes da dopagem.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

Docente convidado – RENATO DE MELO JORGE SILVEIRA (Professor Titular do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP)

AULA 12 | 01/11 (confirmado)

Justiça Desportiva: Fundamentos constitucionais e legais. Competência, organização e funcionamento da Justiça Desportiva. Princípios e normas do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Processo e procedimentos na Justiça Desportiva. Recursos processuais na Justiça Desportiva. Infrações e sanções na Justiça Desportiva. Conflitos desportivos e jurisdição ordinária. Justiça Desportiva e Juízo Arbitral. Procedimento de prevenção e punição de casos de doping.

Docente convidado – CAIO POMPEU MEDAUAR DE SOUZA (Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Especialização em Administração para Profissionais do Esporte Concentração. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Aquática Paulista desde 2002; Advogado da Federação Paulista de Judô desde 2003; Procurador do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol desde 2006; Professor de Direito Desportivo da Universidade Gama Filho; Professor da Especialização *Lato Sensu* de Direito Desportivo do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo)

AULA 13 | 08/11 (confirmado)

Meios de Solução de Conflitos no Esporte: Mecanismos Tradicionais e Específicos de Solução de Conflitos, TAS/CAS, CNRD/CBF, Arbitragem Nacional e Internacional. Efeitos das decisões arbitrais/administrativas em procedimentos judiciais de RCE ou Recuperação Judicial/Extrajudicial.

Docente convidado – ROBERTO DE PALMA BARRACCO (Bacharel, Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FADUSP. Árbitro do Tribunal Arbitral do Esporte/Corte Arbitral do Esporte. Coordenador Adjunto da CBF Academy. Membro da Câmara Nacional de Resolução de Disputas da CBF – CR)

AULA 14 | 22/11 (confirmado)

Esportes Eletrônicos: Definição. Aplicação do direito autoral, do direito de imagem e do direito de arena aos e-sports. Regime jurídico aplicável aos atletas.

Docente convidado – ANDRÉ SICA (Advogado. Graduado pela PUC/SP. Especialista em Sport Law pela King's College London).



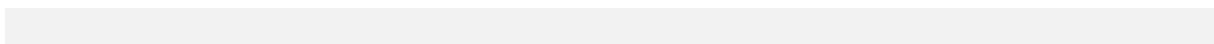
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

3

DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

AULA 15 | 29/11 - AVALIAÇÃO FINAL - CALENDÁRIO DA FACULDADE





DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação serão aqueles estabelecidos de acordo com as regras regimentais, considerando as notas de participação (resposta aos questionários) e dos exames escritos.

Artigo 81 - A avaliação do rendimento escolar do aluno será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades previstas no § 1º do art. 65.

§ 1º - Fica assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos conforme regulamentação estabelecida pelo Conselho do Departamento ou pela CG da Unidade, se a disciplina for interdepartamental.

§ 2º - A revisão de provas e trabalhos deverá ser feita na presença do aluno.

Artigo 82 - É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e a todas as demais atividades previstas no § 1º do art. 65.

Artigo 83 - As notas variarão de zero a dez, podendo ser aproximadas até a primeira casa decimal.

*Artigo 84 - Será aprovado, com direito aos créditos correspondentes, o aluno que obtiver nota final igual ou superior a cinco e tenha, no mínimo, **setenta por cento** de frequência na disciplina.*

A absorção de saber por aulas expositivas, complementadas pela auto-aprendizagem, é metodologia recomendada nos dias atuais, ao permitir que o aluno possa saber (re)construir o próprio conteúdo, desenvolvendo habilidades para formação continuada e crítica, a partir dos elementos teóricos apresentados.

As atividades complementares (leitura prévias e respostas a questionários) são instrumentos integrantes do programa pedagógico adotado, prestando-se como meios auxiliares da aquisição do conhecimento.

A entrega de todos os questionários, adequadamente respondidos, com participação nas Aulas, poderá somar até 2 pontos na respectiva nota do bimestre.

As provas escritas equivalem a 80% (oitenta por cento) do resultado do bimestre.

Para os alunos cujo aproveitamento alcance a nota máxima (10,0 - dez), entende-se que o objetivo do período letivo foi plenamente atendido, razão pela qual não se transfere a pontuação eventualmente remanescente para o bimestre seguinte.



BIBLIOGRAFIA

IBDD – Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (www.ibdd.com.br) - Revista Brasileira de Direito Desportivo. Editora da OAB SP e Thomson - IOB. 2002 - 2018.

AMADO, João Leal. Vinculação versus Liberdade: o processo de Constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo. Coimbra: Coimbra, 2002.

AMBIEL, Carlos Eduardo. Direito de Imagem e Direito de Arena: natureza jurídica e efeitos na relação de emprego. *Revista do Tribunal do Trabalho da Segunda Região*, v. 17, p. 80-89, 2015.

AMBIEL, Carlos Eduardo. Direito de Arena dos Atletas Profissionais: titularidade, abrangência, forma de repasse e natureza jurídica. *Revista do Advogado*, v. 1, p. 14, 2014

AMBIEL, Carlos Eduardo. A proibição do trabalho infantil e a prática do esporte por crianças e adolescentes: diferenças, limites e legalidade. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 79, p. 186, 2013.

AMBIEL, Carlos Eduardo. Aspectos Jurídicos da Cessão Temporária do Atleta. In: Oliveira, Leonardo Andreotti P. de. (Org.). *Direito do Trabalho e Desporto*. Ied.São Paulo: Quartier Latin, 2015, v. II, p. 68-77.

AMBIEL, Carlos Eduardo. A Formação do Atleta: Equilíbrio entre Regras de Proteção à Entidade Formadora e o Respeito aos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. *Direito do Trabalho Desportivo*. 1ed.São Paulo: LTr, 2013, v. I, p. 162-174.

AMBIEL, Carlos Eduardo. Artigo 217 da Constituição Federal. In: Paulo Bonavides; Jorge Miranda; Walber de Moura Agra. (Org.). *Comentários à Constituição Federal de 1988*. 1ed.Rio de Janeiro: GEN, 2009, v. 1, p. 2297-2305

AZAMBUJA, Antonio Carlos. Clube-Empresa. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2000.

BEM, Leonardo Schmitt de. Direito penal desportivo: homicídios e lesões no âmbito da prática desportiva”. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BERMEJO VERA, José. Constitución y deporte. Madrid: Tecnos, 1998.

BUDZINSKI, Oliver. The institutional framework for doing sport business: principles of EU competition policy in sports markets. North American Association of Sports Economists. Working Paper Series. Paper n. 11-03.

BUY, Frédéric. L'organisation contractuelle du spectacle sportif. Marseille: Presses Universitaires, 2002.

CAPEZ, Fernando. Consentimento do ofendido e violência desportiva. São Paulo: Saraiva, 2003.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

- CARLLEZZO, Eduardo. Direito desportivo empresarial. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
- CASTRO, Rodrigo Rocha Monteiro de; MANSSUR, José Francisco C. Futebol, Mercado e Estado. 1ª. ed. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2016.
- CATEB, Alexandre Bueno. Desporto profissional e direito de empresa. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
- CATHARINO, J. M. Contrato de emprego desportivo no Direito Brasileiro. São Paulo: LTR, 1969.
- CAZORLA PIETRO, Luis Ma et alii. Los Impuestos del deporte. Pamplona: Aranzadi, 1998.
- CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA – Comentado. Brasília: Ministério de Esporte, 2004.
- CUADERNOS DE DERECHO DEPORTIVO, ns. 1 e 5. Buenos Aires: AD-HOC, 2002-2004.
- CURSO DE DIREITO DESPORTIVO. São Paulo: Ícone, 2003.
- CYGAN, Adam. Competition and free movement issues in the regulation of Formula One Motor Racing. In: BOGUSZ, Barbara; CYGAN, Adam; SZYSCZAK. The regulation of sport in the European Union. Cheltenham. Elgar, 2007.
- DECAT, Sheyla Althoff. Direito processual desportivo. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- DELBIN, Gustavo. Elementos de direito desportivo sistêmico. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- DICTIONNAIRE PERMANENT DU DROIT DU SPORT, 2 vols. Montreaux :. Legislatives, 1999.
- DIREITO DESPORTIVO. São Paulo: Mizuno, 1999.
- DI PIETRO, Juliano. A isenção dos clubes de futebol em relação a IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Revista do Advogado, v. 1, p. 78 a 91, 2014
- DUVAL, Jean-Marc. Le droit public du sport. Marseille : Presses Universitaires D` Aix, 2002.
- ESTUDOS DE DIREITO DESPORTIVO. Coimbra : Almedina, 2002.
- EZABELLA, Felipe Legrazie. Agente Fifa e o direito civil brasileiro. São Paulo, Quartier Latin, 2010.
- EZABELLA, Felipe Legrazie. O direito desportivo e a imagem do atleta. IOB/Tomson, 2006.
- FILHO, Fábio Menezes de Sá. Contrato de trabalho desportivo: revolução conceitual de atleta profissional de futebol. São Paulo: LTR, 2010.
- FREGA NAVIA, Ricardo. Contrato de trabajo desportivo. Buenos Aires: C. Argentina, 1999.
- GARDINER, Simon et. Alii. Sports Law. London: Cavendish Publishing, 2001.
- GATSI, Jean. Droit du Sport. Paris : PUF, 2000.
- HOVENKAMP, Herbert J. Intra-enterprise activity, joint-ventures and sports leagues: identifying unilateral conduct under the antitrust laws. University of Iowa Legal Studies Research Papers 10-04, 2010.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

- I Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2001.
- II Encontro Nacional sobre Legislação Esportiva, TST. Brasília: Seriema, 2009.
- JOSUÉ, José Laerte. Futebol e justiça desportiva. Edipro, 2003.
- KRIEGER, Marcílio. Lei Pelé e legislação desportiva brasileira anotadas. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LUISO, Francesco Paolo. La giustizia sportiva. Milano: Giuffrè, 1975.
- LYRA FILHO, João. Introdução ao direito desportivo. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.
- MACHADO, Rubens Approbato. Curso de direito desportivo sistêmico. São Paulo: Quartier Latin: 2007.
- MACHADO, Rubens Approbato (coord). Curso de direito desportivo sistêmico. V. II. São Paulo: Quartier Latin: 2010.
- MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. Arbitragem e convenção arbitral. Mandamentos, 2006.
- MANHAES, Eduardo Dias. A política de esporte no Brasil. Ed. Graal.
- MEIRIM, José Manuel. Legislação do desporto. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000
- MEIRIM, José Manuel. Regime jurídico das sociedades desportivas. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.
- MEIRIM, José Manuel. A federação desportiva como sujeito público do sistema desportivo. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.
- MEIRIM, José Manuel. O desporto nos tribunais. Lisboa: Ministério da Juventude e Desporto, 2002.
- MELO FILHO, Álvaro. Novo regime jurídico do desporto - Suplemento de atualização. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- MELO FILHO, Álvaro. Novo regime jurídico do desporto. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- MELO FILHO, Álvaro. Desporto na nova Constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.
- MELO FILHO, Álvaro. Direito desportivo: aspectos teóricos e práticos. IOB/Thomson, 2006.
- MELO FILHO, Álvaro. Direito desportivo: novos rumos. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- MELO FILHO, Álvaro. O desporto na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira. São Paulo: Malheiros, 1995.
- MELO FILHO, Álvaro. O novo direito desportivo. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.
- MIRANDA, Martinho Neve. O direito no desporto. 2. ed. Lumen Juris, 2011.
- NAFZIGER, James aR. International Sport Law. 2. ed. New York: Transnational Publishers, 2004.
- NAPIER, Rodrigo Domingues. Manual do direito desportivo e aspectos previdenciários. São Paulo: IOB, 2003.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

- NUNES, Inácio. Novo Código Brasileiro de Justiça Desportiva comentado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- PALOMAR OLMENDA, A. et alii. El dopage en el ambito del deporte. Pamplona: Aranzadi, 1999.
- PARECERES - Direito e Desporto, Rev. da Procuradoria Geral da República de Portugal, vol. VIII, 1998.
- PERRY, Valed. Crônica de uma certa Lei do Desporto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.
- PESSANHA, Alexandra. As federações desportivas. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
- PESSOTTI, Alan. Direito do atleta. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- PROENÇA, José Marcelo Martins. Lei Pelé: da legislação desportiva em face da legislação societária. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, ano 2, número 3, p. 219-223, jan./jun. 1999.
- PUGA, Alberto. Leis antidoping. Ed. Edipro, 2008.
- RAMOS, Rafael Teixeira. Direito desportivo trabalhista: a fluência do ordenamento do desporto na relação laboral desportiva e seus poderes disciplinares. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- REIS, Heloísa Helena Baldy dos. Futebol e violência. FAPESP, 2006.
- RESENDE, José Ricardo. Código Brasileiro de Justiça Desportiva anotado e legislação antidoping. Ed. All Print, 2010.
- RESENDE, José Ricardo. Manual completo da Lei de Incentivo ao Esporte. 2007.
- RESENDE, José Ricardo. Sistemas de disputas para competições desportivas: torneios e campeonatos. Ed. Phorte, 2007.
- REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO, do IBDD - Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, ns. 1-6, Ed. OAB-SP, 2002/2005.
- REVISTA DESPORTO & DIREITO - Revista Jurídica do Desporto, Coimbra, Coimbra Editora, vols. 1-5, 2003/2005.
- REVISTA ESPANOLA DE DERECHO DEPORTIVO, ns. 1 a 14, Madrid, Civitas, 1993/2001.
- REVISTA JURIDICA DEL DEPORTE, ns. 1 a 14, Ed. Aranzadi, Navarra, 1999/2005.
- ROCHA, Luiz Carlos. Doping na legislação penal e desportiva. São Paulo: Edipro, 1999.
- RODRIGUES, Hélder Gonçalves Dias. A responsabilidade civil e criminal nas atividades desportivas. 2003.
- RODRIGUES, Sérgio Santos. Comentário ao Estatuto de Defesa do Torcedor. Del Rey, 2008.
- SAAVEDRA, Luciano Cordero. El deportista profesional: aspectos laborales y fiscales. Valladolid: Lex Nova, 2001.
- SÁNCHEZ, Francisco Rubio. El Contrato de Trabajo de los Deportistas Profesionales. Madrid: Dykinson S.L., 2002.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: DEF0436 - DIREITO DESPORTIVO

- SANTOS, Antônio Sérgio Figueired. Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Editora FS, 2010.
- SANTOS, Antônio Sérgio Figueiredo. Direito desportivo e Justiça do Trabalho, Editora FS, 2003.
- SCHEFFLER, Ademar Pedro. Arbitragem de futebol. São Paulo: LTR.
- SCHMITT, Paulo M. et. alii. Código de Justiça Desportiva Comentado. Cascavel: Graf. Universitária, 1996.
- SCHMITT, Paulo Marcos. Curso de justiça desportiva. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- SILANCE, Luc. Les Sports et le Droit. Paris: De Boeck & Larcier, 1998.
- SILVA, Alessandra Santana da. Doping: aspectos penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- SILVA, José Amado da. Direito desportivo, hermenêutica e comentários à Lei Desportiva, 2005.
- SILVA, Felipe Ferreira. *Tributação no Futebol: clubes e atletas*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- SOARES, Jorge Miguel Acosta. Direito de imagem e direito de arena no contrato de trabalho do atleta profissional. São Paulo: LTR.
- SOUZA, Ronald Amorin e. Esporte direito: homenagem póstuma ao Prof. José Martins Catharino. 2004.
- TEROL GÓMEZ, Ramón. Las ligas profesionales. Pamplona: Aranzadi, 1998.
- TRAVERSI, Alessandro. Diritto penale dello sport. Milano: Giuffrè, 2001.
- TUBINO Manoel. 500 Anos de legislação esportiva brasileira. Rio de Janeiro: Shape, 2002.
- WERTZ, Rodrigo; SENDROVICH, Beny. Tudo o que você precisa ouvir sobre direito desportivo. São Paulo: Saraiva.
- ZAINAGHI, Domingos Sávio. Nova legislação desportiva: aspectos Trabalhistas, 2004.
- ZAINAGHI, Domingos Sávio. Os atletas profissionais de futebol no direito do trabalho. São Paulo: LTr, 1998.
- Artigos www.futebolfinance.com
- Futebol Finance: Modelo de fiscalização e controle das finanças dos clubes. Maio de 2009.
 - Futebol Finance: As 3 recomendações dos governantes britânicos. Abril de 2009.
 - Futebol Finance: O estado financeiro dos clubes da premier league. Junho de 2009.
- TORRES, Heleno. *Direito constitucional tributário e segurança jurídica*: metódica da segurança jurídica do Sistema Constitucional Tributário. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- VILANOVA, Lourival. *As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.